

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM COMUNIDADES VULNERÁVEIS:
EXPERIÊNCIAS DO PROJETO BONS VIZINHOS E UMA
EXTENSIONISTA EAD NA COMUNIDADE POÇO DA DRAGA,
FORTALEZA (CE)**


*UNIVERSITY EXTENSION IN VULNERABLE COMMUNITIES:
EXPERIENCES OF THE GOOD NEIGHBORHOOD PROJECT AND AN
EAD EXTENSIONIST IN THE POÇO DA DRAGA COMMUNITY,
FORTALEZA (CE)*

Ozângela de Arruda Silva¹

Izabelly Victória Villegas Sousa²

RESUMO: Este artigo apresenta os resultados e reflexões da atuação do Projeto de Extensão Bons Vizinhos na comunidade Poço da Draga, em Fortaleza (CE), no semestre 2024.1. A ação buscou promover cidadania, acesso a direitos e educação em saúde por meio de mutirões, oficinas e atendimentos gratuitos, envolvendo alunos do curso de Investigação Forense e Perícia Criminal. O texto descreve a comunidade atendida, a justificativa da intervenção, a metodologia utilizada, os desafios enfrentados e os impactos observados, apoiando-se em referenciais sobre desenvolvimento comunitário, justiça social e educação emancipatória. A pesquisa se destaca por inserir a prática de extensão com uma aluna de um curso de ensino à distância. Os resultados indicam avanços na conscientização dos moradores sobre seus direitos, fortalecimento do vínculo universidade-comunidade e aprimoramento da formação discente, evidenciando o papel da extensão como instrumento de transformação social.

Palavras-chave: Extensão universitária; Comunidades vulneráveis; Direitos sociais; Justiça social; Desenvolvimento comunitário.

¹  Historiadora. Graduada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) onde foi bolsista de iniciação científica pelo CNPq. Mestre pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) onde foi bolsista FAPESP e integrou o Projeto Caminhos do Romance no Brasil. Autora contemplada no Prêmio Literário de Autor(a) Cearense, categoria Guilherme Studart, Ensaio de Tema Histórico Cultural, da SECULT-CE, com sua dissertação de mestrado "Pelas rotas dos livros". Com experiência em atividades de coordenação de bolsas de formação (iniciação científica, mestrado e doutorado) e elaboração/acompanhamento de editais de cooperação internacional e desenvolvimento da pós-graduação na Fundação Cearense de Apoio e Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). É docente do Centro Universitário UniFanor, onde participou durante três anos do Programa Interdisciplinar de Extensão Universitária Bons Vizinhos, no qual também foi coordenadora. Como professora, ministra disciplinas nas áreas de formação humanística que incluem: história, política, economia, cultura, sociologia, antropologia, ética, responsabilidade social, sustentabilidade e comunicação. Tem experiência de pesquisas na área de História, Cultura e Sociedade, atuando principalmente nos seguintes temas: História, política e cultura; Sociedade, identidade e espaços sociais; Jornais, mercado editorial e mídia. Tem experiência em ensino a distância e atua no EaD Wyden como professora tutora.

² Discente do curso de Investigação Forense e Perícia Criminal do Ensino Digital Wyden. Bacharel em Direito.

1 Introdução

A extensão universitária, como função precípua das instituições de ensino superior, integra ensino, pesquisa e compromisso social, operando como um mecanismo de transformação mútua entre universidade e sociedade. Tal dimensão está prevista na Constituição Federal de 1988 e regulamentada pelas Diretrizes da Extensão na Educação Superior Brasileira (Resolução CNE/CES nº 7/2018), que estabelecem a obrigatoriedade de, no mínimo, 10% da carga horária dos cursos de graduação ser composta por atividades extensionistas.

Essa concepção de extensão rompe com a lógica assistencialista e promove uma interação dialógica, crítica e emancipadora, onde o conhecimento é construído em comunhão com os sujeitos sociais (FREIRE, 1970; BRANDÃO, 2006). Nesse sentido, os projetos de extensão passam a ser compreendidos como espaços de práxis educativa, que ressignificam saberes acadêmicos e populares, contribuindo para o desenvolvimento local e para a formação cidadã dos estudantes.

Dentre os diversos contextos que demandam ações extensionistas, destacam-se as comunidades vulneráveis, frequentemente marcadas pela exclusão social, ausência de políticas públicas efetivas e violação de direitos básicos. A atuação da universidade nesses territórios implica responsabilidade ética, política e epistemológica, exigindo abordagens interdisciplinares e práticas comprometidas com a justiça social (FRASER, 1997; WOLKMER, 2001).

Este artigo analisa a experiência do Projeto Bons Vizinhos, desenvolvido no primeiro semestre de 2024 na comunidade Poço da Draga, em Fortaleza (CE). A ação envolveu estudantes da graduação em Investigação Forense e Perícia Criminal, com foco na promoção de cidadania, educação em saúde e orientação jurídica. Trata-se de uma iniciativa que visa aproximar o saber acadêmico das realidades sociais, contribuindo para o fortalecimento dos vínculos entre universidade e comunidade. A pesquisa se destaca por inserir a prática de extensão com uma aluna de um curso de ensino à distância. A aluna em questão foi a primeira extensionista do EaD no projeto Bons Vizinhos, que tem origem em 2010.

A escolha da comunidade Poço da Draga como território de atuação responde a demandas históricas por visibilidade, reconhecimento e acesso a direitos. A proposta metodológica se fundamenta na escuta ativa, no diagnóstico participativo e na construção coletiva de ações transformadoras, em consonância com os princípios da extensão crítica (OLIVEIRA; SOUSA, 2022). Ao documentar essa experiência, busca-se evidenciar os impactos da extensão na formação discente, no fortalecimento comunitário e na promoção da justiça social.

2 Contexto e justificativa

Localizada em área estratégica do centro de Fortaleza, próxima ao litoral e a empreendimentos turísticos e institucionais, a comunidade Poço da Draga é uma das ocupações urbanas mais antigas da cidade. Com mais de 117 anos de existência, sua origem remonta ao início do século XX, a partir da instalação do porto da cidade e do assentamento de pescadores, portuários e migrantes do interior em busca de melhores condições de vida (BATISTA; VASCONCELOS, 2019).

Apesar de seu valor histórico, cultural e simbólico, a comunidade enfrenta uma série de vulnerabilidades decorrentes da negligência estatal e da crescente especulação imobiliária. A ausência de saneamento básico, o déficit habitacional, a precariedade do sistema educacional, o acesso limitado à saúde pública e as ameaças de remoção forçada compõem um cenário de desigualdade urbana e injustiça espacial (ALMEIDA, 2015; ROLNIK, 2016). Tais elementos evidenciam o que Soja (2010) denomina “injustiça espacial”, que se manifesta na exclusão territorial e na negação do direito à cidade.

Além das carências estruturais, a comunidade convive com processos de invisibilização social, que negam a seus moradores a condição de sujeitos de direitos. A especulação urbana e os interesses do setor turístico geram pressões sobre o território, como demonstrado na construção do Acquário Ceará, cujo projeto chegou a ameaçar diretamente a permanência das famílias na área (BATISTA; VASCONCELOS, 2019). Esse contexto aprofunda a segregação socioespacial e fragiliza os vínculos de pertencimento.

Nesse cenário, a atuação extensionista adquire especial relevância. Segundo Sen (2000), o desenvolvimento humano requer a ampliação das capacidades das pessoas para que possam fazer escolhas livres e viver com dignidade. O projeto Bons Vizinhos se insere nessa perspectiva ao propor ações educativas, jurídicas e de saúde voltadas à promoção de autonomia, cidadania e justiça social.

A justificativa para a implementação do projeto na Poço da Draga também se apoia no potencial da comunidade em estabelecer parcerias e valorizar iniciativas educativas. A presença de uma ONG atuante, o engajamento de lideranças locais e o histórico positivo de ações anteriores facilitam a criação de vínculos e a execução de atividades. Como destaca Eversole (2010), o sucesso das ações de desenvolvimento comunitário está diretamente ligado à capacidade de mobilização e agência local.

Por fim, é importante salientar que o compromisso da universidade com comunidades vulneráveis não se esgota na prestação de serviços, mas exige uma escuta atenta às suas demandas, um posicionamento político frente às injustiças e uma prática pedagógica que valorize o protagonismo comunitário (FREIRE, 1970; BRANDÃO, 2006). A experiência na Poço da Draga reafirma essa concepção transformadora da extensão, que rompe com lógicas hierárquicas e estabelece relações horizontais e colaborativas.

3 Metodologia

A metodologia adotada no Projeto Bons Vizinhos alinha-se à abordagem qualitativa, participativa e interdisciplinar, com inspiração na pesquisa-ação e nos princípios da extensão crítica. Como destaca Thiollent (2011), a pesquisa-ação se caracteriza pela união entre ação prática e reflexão sistemática, voltada à resolução de problemas concretos de uma comunidade, com a participação ativa dos sujeitos envolvidos. Nesse modelo, a universidade deixa de ser a única detentora do saber e assume papel de facilitadora em processos de escuta, construção conjunta e mobilização comunitária.

A execução do projeto seguiu uma lógica processual, organizada em quatro grandes etapas: diagnóstico participativo, planejamento colaborativo, execução das ações e avaliação reflexiva. Essa estrutura metodológica permitiu que o projeto fosse continuamente ajustado às especificidades territoriais, sociais e culturais da comunidade Poço da Draga.

Diagnóstico participativo. A primeira etapa consistiu na identificação das demandas prioritárias da comunidade, por meio de conversas com moradores, lideranças locais e representantes da ONG parceira. Foram também utilizados relatos e registros de ações anteriores realizadas no local. Essa escuta ativa foi fundamental para compreender os desafios vivenciados, respeitar as dinâmicas locais e evitar a imposição de agendas externas. De acordo com Brandão (2006), o conhecimento que emerge do território e da experiência dos sujeitos deve ser valorizado como elemento central na construção de intervenções sociais significativas.

Planejamento colaborativo. Em seguida, os estudantes extensionistas e a docente coordenadora se reuniram para desenhar coletivamente o plano de ação do semestre, com definição de objetivos, estratégias, cronograma, recursos e formas de avaliação. A escolha das temáticas das oficinas e mutirões partiu das necessidades expressas pela comunidade, envolvendo áreas como direito previdenciário, saúde preventiva, cidadania e mediação de conflitos. A interdisciplinaridade foi um princípio orientador, favorecendo o diálogo entre saberes jurídicos, sanitários, sociais e culturais.

Execução das ações. As atividades extensionistas foram realizadas prioritariamente aos sábados, com duração média de 4 horas, em espaços acessíveis e simbólicos da comunidade, como o Portal da Draga. As ações incluíram: mutirões de atendimentos jurídicos gratuitos, oficinas de orientação em saúde e higiene, rodas de conversa com enfoque em direitos sociais, e dinâmicas educativas voltadas ao público infantil. As práticas foram sustentadas por uma pedagogia dialógica e problematizadora, inspirada em Paulo Freire (1970), que prioriza o respeito aos saberes populares, a construção coletiva do conhecimento e a promoção da autonomia crítica dos participantes.

Avaliação reflexiva. Ao longo e ao final do ciclo de atividades, foram realizados momentos de avaliação, tanto com os alunos quanto com membros da comunidade. Foram analisados aspectos como participação, relevância temática, acolhimento, infraestrutura e impacto percebido. O registro de relatos, observações e feedbacks subsidiou reflexões pedagógicas e apontou melhorias para futuras edições do projeto. Essa dimensão reflexiva é fundamental para garantir a qualidade e a sustentabilidade das ações, além de favorecer o desenvolvimento de competências éticas, técnicas e humanas nos extensionistas (SOUZA et al., 2021).

O referencial metodológico adotado articula, portanto, prática e teoria, ação e reflexão, universidade e comunidade, promovendo uma experiência educativa significativa para todos os envolvidos. Como reforça Oliveira e Sousa (2022), práticas extensionistas que respeitam a complexidade social e valorizam a construção coletiva do conhecimento têm maior potencial transformador e contribuem para o fortalecimento da cidadania ativa.

4 Resultados e discussão

As ações desenvolvidas pelo Projeto Bons Vizinhos na comunidade Poço da Draga resultaram em efeitos expressivos tanto para os moradores quanto para os estudantes extensionistas. Os dados empíricos, obtidos por meio de observações participantes, registros reflexivos e avaliações internas, apontam ganhos relevantes no fortalecimento comunitário, na ampliação do acesso a direitos e na formação cidadã e profissional dos discentes envolvidos.

4.1 Impactos comunitários: fortalecimento de vínculos e acesso a direitos

Um dos efeitos mais visíveis foi a consolidação de laços de confiança entre os moradores da comunidade e os integrantes do projeto. A presença contínua da universidade no território, o respeito às particularidades locais e a escuta ativa contribuíram para a criação de um ambiente acolhedor, colaborativo e de pertencimento. Isso está alinhado à concepção de desenvolvimento comunitário apresentada por Mendes (2010), que enfatiza o protagonismo dos sujeitos locais e a valorização dos vínculos sociais como fundamentos da transformação coletiva.

As ações extensionistas também promoveram o acesso direto e gratuito a serviços jurídicos e orientações em saúde, frequentemente ausentes na rotina da comunidade. O atendimento às demandas relacionadas à previdência social, direito à saúde e questões familiares revelou a importância da extensão universitária como mediação entre os sujeitos e seus direitos fundamentais (WOLKMER, 2001; SEN, 2000). Ao traduzir o conhecimento técnico em linguagem acessível e ao oferecer encaminhamentos concretos, o projeto favoreceu o exercício da cidadania ativa e a emancipação dos moradores em situação de vulnerabilidade.

Além disso, ao estimular o conhecimento sobre direitos e a utilização de serviços públicos, o projeto contribuiu para o que Fraser (1997) define como justiça social na perspectiva do reconhecimento e da redistribuição. Ou seja, não apenas corrigiu desigualdades materiais (como o acesso à informação e serviços), mas também combateu formas simbólicas de exclusão e invisibilidade.

4.2 Impactos formativos: aprendizagem crítica e desenvolvimento profissional

Para os estudantes participantes, a experiência extensionista representou uma vivência formadora ímpar, tanto do ponto de vista técnico quanto ético-político. A imersão em contextos de vulnerabilidade social desafiou os discentes a aplicarem seus conhecimentos acadêmicos de forma sensível, ética e contextualizada, desenvolvendo competências como empatia, comunicação, trabalho em equipe, responsabilidade social e raciocínio crítico.

A participação em atividades como triagens, oficinas e atendimentos jurídicos reforçou a articulação entre teoria e prática, conforme preconizado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e pelos princípios da extensão crítica (BRASIL, 2018). A formação se dá, assim, em uma perspectiva integral e transformadora, onde o estudante se torna agente de mudanças, em vez de mero reprodutor de conteúdos.

Essa dimensão formativa é sustentada pela pedagogia freiriana, que compreende a educação como prática da liberdade e não como transferência mecânica de informações (FREIRE, 1970). Nesse contexto, os discentes não apenas ensinaram, mas também aprenderam com os saberes populares, com as dificuldades vivenciadas e com a potência coletiva da comunidade. O aprendizado se constituiu, portanto, como um processo dialógico, situado e humanizador.

4.3 Desafios enfrentados e reflexões metodológicas

A extensão universitária representa um dos pilares do tripé que sustenta a educação superior no Brasil, ao lado do ensino e da pesquisa. Sua relevância está na promoção do diálogo entre o saber acadêmico e as demandas da sociedade, especialmente de comunidades em situação de vulnerabilidade. No contexto da Educação a Distância (EaD), essa missão se intensifica diante dos desafios de articulação entre espaços geográficos distintos e realidades socioculturais diversas.

Apesar dos avanços, o projeto também enfrentou desafios que merecem atenção em futuras edições. A escolha inadequada de horários para algumas ações e a seleção de espaços menos atrativos geraram, em certos momentos, baixa adesão por parte dos moradores. Esses obstáculos revelam a importância de um planejamento flexível, sensível à rotina local e capaz de se adaptar às dinâmicas comunitárias. Como alerta Eversole (2010), projetos de engajamento comunitário eficazes requerem escuta ativa contínua e disposição para ajustes operacionais.

Outro desafio recorrente foi a necessidade de lidar com demandas que ultrapassavam a capacidade de atendimento do projeto, como questões jurídicas complexas ou encaminhamentos médicos de média e alta complexidade. Nesses casos, a articulação com a rede de proteção social e a realização de encaminhamentos responsáveis foram estratégias fundamentais para garantir o acolhimento das situações.

A própria prática extensionista foi compreendida como um campo de pesquisa-ação-reflexão, onde as ações eram avaliadas à luz de seus efeitos e reformuladas quando necessário. Essa postura crítica, segundo Thiollent (2011), é essencial para projetos que buscam não apenas intervir na realidade, mas transformá-la com base em evidências, participação e responsabilidade ética.

4 Conclusão

Operacionalizar a extensão no EaD implica superar barreiras estruturais e metodológicas. A ausência física nas instituições e nas comunidades pode dificultar o engajamento dos estudantes e limitar o impacto das ações. Nesse sentido, estratégias que incorporem metodologias ativas, uso de tecnologias interativas e parcerias locais tornam-se essenciais para garantir a efetividade e a inserção territorial das atividades.

A extensão na EaD, quando bem conduzida, favorece o encontro entre o aluno e a realidade social, despertando o interesse pela pesquisa aplicada e por soluções para problemas concretos. A aproximação com comunidades vulneráveis permite ao estudante desenvolver sensibilidade social, competências cidadãs e pensamento

crítico, ao mesmo tempo que potencializa a produção de conhecimento relevante e socialmente referenciado.

Autores como Freire (1996) já defendiam uma educação dialógica e emancipadora, que encontra na extensão um meio privilegiado para se concretizar. Mais recentemente, Andrade e Moraes (2020) destacam que a EaD, apesar de seus limites, pode ser um espaço potente de construção coletiva quando há intencionalidade pedagógica e compromisso com a transformação social.

Portanto, a extensão universitária no EaD deve ser compreendida não como um apêndice, mas como eixo integrador da formação superior, com capacidade de aproximar os estudantes da realidade social, ampliar o alcance da pesquisa e fortalecer os vínculos entre universidade e sociedade.

A análise da experiência extensionista vivenciada pelo Projeto Bons Vizinhos na comunidade Poço da Draga permite reafirmar o papel estruturante da extensão universitária como mediação ativa entre saberes acadêmicos e realidades sociais, especialmente em contextos marcados pela vulnerabilidade, pela invisibilidade e pela exclusão. Mais do que levar serviços pontuais à comunidade, a proposta extensionista aqui discutida compromete-se com a construção de relações dialógicas, com a escuta atenta às demandas locais e com o fortalecimento da cidadania ativa como eixo de transformação social.

Ao longo do semestre de 2024.1, observou-se que o projeto impactou positivamente tanto os moradores da comunidade quanto os estudantes envolvidos. Do ponto de vista da comunidade, destacaram-se avanços significativos em três dimensões principais: (i) acesso à informação qualificada sobre direitos sociais; (ii) orientação e encaminhamentos jurídicos e de saúde; e (iii) fortalecimento do pertencimento comunitário. Esses efeitos convergem com a perspectiva de Amartya Sen (2000), que entende o desenvolvimento não apenas como crescimento econômico ou infraestrutura, mas como a expansão das liberdades e capacidades humanas — sobretudo das pessoas em situação de maior vulnerabilidade.

Além disso, a experiência contribuiu para romper com uma das formas mais perversas da injustiça social, a saber, a negação simbólica do reconhecimento e da escuta. Como argumenta Fraser (1997), a justiça requer não apenas redistribuição equitativa de bens e oportunidades, mas também o reconhecimento cultural e político dos grupos historicamente subalternizados. Nesse sentido, ao oferecer espaços de fala e protagonismo aos moradores da Poço da Draga, o projeto contribuiu para reposicioná-los como sujeitos de direitos e não como objetos de políticas públicas assistencialistas.

Do ponto de vista formativo, os estudantes envolvidos vivenciaram um processo pedagógico singular, no qual competências técnicas foram integradas a habilidades socioemocionais, éticas e políticas. Essa formação ampliada está em consonância com o que as Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecem como perfil do egresso — um profissional crítico, ético e comprometido com a transformação social (BRASIL, 2018). Mais ainda, trata-se da vivência do que Freire (1970) denominava “educação como prática da liberdade”: um processo que forma o sujeito

não apenas para o mundo do trabalho, mas para a construção coletiva de um mundo mais justo.

Essa aproximação entre universidade e território também reforça a função social da instituição de ensino superior, que, segundo Chauí (2003), deve ser espaço de produção de conhecimento relevante, comprometido com a realidade social e com os princípios da democracia. A universidade, ao atuar fora dos muros institucionais e junto aos setores mais vulneráveis da sociedade, cumpre seu papel republicano e potencializa sua capacidade de gerar impacto social transformador.

Entretanto, é importante reconhecer que os resultados obtidos não são suficientes para esgotar os desafios da comunidade, nem devem ser romantizados. O projeto enfrentou limitações logísticas, estruturais e institucionais que exigem revisão contínua da metodologia, ampliação da articulação intersetorial com serviços públicos e organizações da sociedade civil, além de um compromisso institucional mais robusto com a extensão como parte indissociável da formação acadêmica.

Como recomendação, sugere-se a continuidade do projeto com ênfase em três pontos:

(1) aprofundamento dos diagnósticos participativos, com sistematização de dados e indicadores que auxiliem o planejamento e a avaliação das ações;

(2) ampliação das parcerias institucionais, especialmente com defensoria pública, unidades básicas de saúde e escolas locais; e

(3) produção científica e divulgação dos resultados, de modo a dar visibilidade à comunidade atendida e contribuir com o debate acadêmico sobre extensão e justiça social.

Por fim, que esta experiência possa ser vista como um catalisador de outras iniciativas extensionistas comprometidas com a promoção de equidade, inclusão e dignidade. Como aponta Wolkmer (2001), a atuação em prol da cidadania exige uma ruptura com práticas alienantes e uma aposta em ações que promovam a autonomia crítica dos sujeitos sociais. É nessa direção que o Projeto Bons Vizinhos se insere: como um gesto ético, político e educativo de esperança e transformação.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, André Araújo. ***Segregação urbana na contemporaneidade: o caso da Comunidade Poço da Draga na cidade de Fortaleza***. 2015. 259 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/items/25206104-e8c5-4d8f-b8ea-27d1907c54d2>. Acesso em: 09 abr. 2025.

ANDRADE, A. M.; MORAES, R. C. Extensão universitária e EaD: desafios e possibilidades. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, v. 11, n. 2, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018.

BATISTA, Maria Carolina Moura; VASCONCELOS, Francisco Pablo. Poço da Draga, Fortaleza-CE: a produção do espaço pelo turismo e a geração de conflitos. ***Revista da Casa***

da Geografia de Sobral, v. 21, n. 2, p. 1165–1178, 2019. DOI: 10.35701/rcgs.v21n2.576. Disponível em: <https://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/576/0>. Acesso em: 09 abr. 2025.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação popular*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior**. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Institui as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 19 dez. 2018. Seção 1, p. 49.

CHAUÍ, Marilena. *A universidade pública sob nova perspectiva*. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 5-15, jan./abr. 2003.

EVERSOLE, Robyn. Community agency and community engagement: re-theorizing participation in governance. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 20, n. 2, p. 377–397, 2010.

FRASER, Nancy. **Justice interruptus: critical reflections on the "postsocialist" condition**. New York: Routledge, 1997.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

MENDES, José Maria. **Desenvolvimento comunitário e cidadania**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

OLIVEIRA, Ana Paula; SOUSA, Ione Gomes de. **Extensão universitária em comunidades vulneráveis: trajetórias e desafios da indissociabilidade com o ensino e pesquisa**. *ResearchGate*, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/377691656_Extensao_universitaria_em_comunidades_vulneraveis_trajetorias_e_desafios_da_indissociabilidade_com_o_ensino_e_pesquisa. Acesso em: 26 mar. 2025.

RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOJA, Edward W. **Seeking spatial justice**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010.

SOUZA, Raquel Alves de *et al.* Extensão universitária em comunidades vulneráveis: trajetórias e desafios da indissociabilidade com o ensino e pesquisa. *ResearchGate*, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/377691656_Extensao_universitaria_em_comunidades_vulneraveis. Acesso em: 13 mar. 2025.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.